



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Projeto de Resolução n.º 673/XII/(2.ª)

Recomenda ao Governo que garanta o financiamento público
necessário à construção dos acessos rodoviários ao
porto comercial de Viana do Castelo

O desenvolvimento da capacidade de resposta do porto comercial de Viana do Castelo está em boa medida dependente da sua eficiência operacional a qual, entre outros aspetos, depende em parte substancial das acessibilidades rodoviárias às suas instalações.

Não é, por isso mesmo, surpreendente que a obra de construção de uma nova acessibilidade rodoviária, construída de raiz e ligando de forma direta as infraestruturas portuárias à A28, seja uma antiga aspiração da população de Viana do Castelo e dos principais agentes económicos do Alto Minho, objetivo sistematicamente adiado por falta de vontade política dos últimos Governos, não obstante constar, com carácter prioritário, do conjunto de projetos e ações que integram o Plano Estratégico do Porto de Viana do Castelo, considerados essenciais para restituir vigor e dinamismo ao porto.

O porto comercial de Viana do Castelo, construído de raiz em 1984 na margem Sul da foz do Rio Lima, possui uma capacidade potencial para movimentar até cerca de 900 000 toneladas anuais de carga ao longo dos quase 500 metros de extensão dos dois lanços do seu cais acostável. Ora, permitindo este porto a utilização por navios de calado até 8 metros e comprimento até cerca de 180 metros, percebe-se que, não obstante o crescimento verificado na sua utilização em 2011 – 203 navios operados e um pouco menos de 500 000 toneladas de mercadorias movimentadas –, a capacidade instalada fica bem acima da sua real utilização.

Só quem não conhece os atuais acessos rodoviários ao porto comercial de Viana do Castelo pode, porém, conceber uma utilização real muito superior à atual nesta infraestrutura portuária. Na realidade, os atuais acessos constituem um estrangulamento importante da capacidade de crescimento do porto comercial de Viana do Castelo, que na prática contribui para que muitos agentes económicos utilizem opcionalmente outros portos, em particular o Porto de Leixões, ou mesmo portos de mar na Galiza, para movimentarem os seus produtos e exportarem as suas mercadorias.

Apesar deste importante constrangimento, tem-se verificado um movimento crescente no porto comercial de Viana do Castelo (os números de 2011, comparativamente com 2009 e 2010, confirmam esse crescimento), consequência das necessidades de diversas unidades industriais com atividade económica no território municipal e no distrito de Viana do Castelo. É o caso, designadamente, da ENERCOM (torres eólicas), da Europac (antiga Portucel), mas também da carga e descarga de inertes e de produtos betuminosos e da procura de algumas unidades industriais mais recentemente instaladas, como a EURONET.

A competitividade deste vasto tecido empresarial também depende – de forma relevante – de um porto de mar com uma oferta global de condições e infraestruturas que lhe permitam uma operação portuária eficiente e célere, a qual também depende de acessos rodoviários ao porto comercial com dimensão e estrutura adequadas, que de todo não existem. A possibilidade da capacidade potencial instalada no porto comercial de Viana do Castelo poder dar uma resposta melhorada, mais eficiente e competitiva a um eventual (e desejável) acréscimo de procura por parte das empresas da região, ou, inclusivamente, de empresas – portuguesas /ou galegas – que o venham a procurar em alternativa aos portos de Vigo e de Leixões, é também função da facilidade, segurança e rapidez permitidas pelos acessos rodoviários que o possam servir.

O estrangulamento provocado pela não existência de uma acessibilidade adequada ao porto comercial de Viana do Castelo foi objeto de um debate recente durante uma visita da Comissão Parlamentar de Economia ao distrito de Viana do Castelo

em 14, 15 e 16 de Outubro, tendo sido abordado por diversos autarcas da região e associações empresariais. Na altura, o Grupo Parlamentar do PCP dirigiu uma Pergunta (720/XII/2.^a) ao Ministro da Economia e Emprego sobre a situação de indefinição do Governo relativamente à construção dos acessos rodoviários ao porto comercial de Viana, a qual, quase quatro meses depois, não foi ainda respondida por esse membro do Governo.

Recordem-se, entretanto, alguns elementos mais relevantes que evidenciam a forma como a construção dos acessos rodoviários ao porto comercial de Viana do Castelo tem sido encarada desde há alguns (bastantes) anos a esta parte.

A nova acessibilidade rodoviária ao porto comercial de Viana do Castelo deverá ter uma extensão de 8,8 km, ligando o nó da A28, junto à zona industrial de S. Romão do Neiva, ao porto comercial, desviando assim o trânsito de pesados da EN-13. Depois de ter sido objeto de um estudo de impacto ambiental iniciado em 2003 e concluído em 2004, só alguns anos depois, em 2008, o projeto final de construção, promovido pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM), acabou (finalmente) por ser aprovado, depois de ter sido objeto de uma declaração “de interesse municipal”, aprovada pela Câmara Municipal de Viana do Castelo em 11 de Abril do mesmo ano.

Os valores estimados do financiamento necessário à construção rondavam na altura os 6 milhões de euros, decorrendo há já alguns anos o processo de expropriação dos terrenos necessários à sua viabilização. No início do ano de 2008, o Governo da altura chegou mesmo a anunciar que “iria lançar a curto prazo o concurso para a construção do novo acesso rodoviário ao porto comercial de Viana do Castelo”.

Infelizmente, tal anúncio nunca foi concretizado, nem no período entre 2008 e 2011, nem daí para cá, com o Governo PSD/CDS. Aliás, a única informação pública que se conhece do atual responsável pela pasta da Economia sobre a eventual concretização do projeto para a construção dos acessos rodoviários ao porto comercial de Viana do Castelo, data de Novembro de 2011, e tem a ver com o facto

deste membro do Governo ter afirmado que no Orçamento de 2012 estava prevista uma verba de 1,9 milhões de euros para o pagamento de expropriações!

Desde há cerca de ano e meio a esta parte que o Governo nada diz sobre as suas reais intenções relativamente à construção deste acesso ao porto de Viana.

Perguntas por responder, inexistência de dotações orçamentais (no Orçamento do Estado de 2013) para que o concurso para a adjudicação seja lançado e a obra possa avançar, uma indefinição total face a um investimento essencial para que o porto comercial de Viana possa passar a ter condições melhoradas para aumentar a carga capaz de movimentar anualmente. Estando asseguradas todas as questões técnicas relativas à construção da obra e estando também concluída a maior parte das expropriações dos terrenos necessários ao desenvolvimento da empreitada, nada impede que avance o concurso para a construção de uma nova acessibilidade rodoviária ao porto comercial de Viana do Castelo.

Por isso, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis,

A Assembleia da República recomenda ao Governo que, com urgência, proceda ao lançamento do concurso público para a construção dos acessos rodoviários ao porto comercial de Viana do Castelo e garanta o financiamento público necessário à concretização dessa empreitada.

Lisboa, Assembleia da República, 5 de Abril de 2013

Os Deputados,

HONÓRIO NOVO; BERNARDINO SOARES; JORGE MACHADO; MIGUEL TIAGO;
PAULA SANTOS; RITA RATO; JOÃO RAMOS; ANTÓNIO FILIPE; JERÓNIMO DE
SOUSA; JOÃO OLIVEIRA; FRANCISCO LOPES; CARLA CRUZ